



Câmara Municipal da Lourinhã

Divisão da Administração Geral

Apoio aos Órgãos Autárquicos

1
A

CERTIDÃO

----- CONSTANTINO RODRIGUES DE CARVALHO, Chefe da Divisão da Administração Geral da Câmara Municipal da Lourinhã: -----

CERTIFICA

-----Que da Acta da Reunião ordinária da Câmara Municipal nº 21/2012, de 30 de outubro de 2012, consta a seguinte deliberação: -----

OUTRAS DELIBERAÇÕES

INFORMAÇÕES: - Presentes as seguintes Informações, que em baixo se transcrevem: -----

OUTROS ASSUNTOS: -----

DE CONTRATOS, NOTARIADO E EXPROPRIAÇÕES: -----

- Nº 33/2012, DE DATADA DE 30/10/2012 – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL – EXECUÇÃO DA EMPREITADA “CONSTRUÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DA GNR, “EM RELAÇÃO AO ASSUNTO INDICADO EM EPÍGRAFE, CUMPRE-ME INFORMAR O SEGUINTE: -----

Deu entrada no dia 26/10/2012 um ofício remetido pela Sociedade de Construções José Coutinho, S.A., no qual vem solicitar que este Município autorize, nos termos do artº 319º, do Código dos Contratos Públicos, a cessão de posição contratual da empreitada designada de “Construção do Posto Territorial da GNR” à empresa “Henrique Querido – Sociedade de Construções, S.A.”, pessoa coletiva nº 501 714 723. -----

Por Despacho do Srº Presidente da Câmara, datado da mesma data, foi-nos solicitada informação sobre a presente questão. -----

Em ordem ao exposto, cumpre apreciar: -----

O Município de Lourinhã celebrou em 23/03/2011 o Contrato nº 03/2011, com a empresa “Sociedade de Construções José Coutinho, S.A.”, tendo por objeto principal a Construção de dois edifícios – um edifício principal, em forma de L e um edifício anexo – destinados às Instalações do Posto Territorial da GNR de Lourinhã, cuja área de construção é aproximadamente de 1.221,95 m² e respetivos espaços exteriores – Cláusula 1ª do Contrato. -----

O contrato foi precedido de concurso público nos termos artºs 130º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29/01, na sua



Câmara Municipal da Lourinhã

Divisão da Administração Geral

Apoio aos Órgãos Autárquicos

redação atualizada, pelo valor de **1.223.939,52 €**, acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor de **6%**, no valor de **73.436,37 €**, devido pelo adquirente, o que perfaz o montante total de **1.297.375,89 €** - Cláusula 2ª do Contrato.

Foi determinado um prazo máximo de execução de 365 (dias), a contar da data da sua consignação ou da data em que o Município de Lourinhã, contraente público, comunicasse à co-contratante a aprovação do plano de segurança e saúde - Cláusula 4ª do Contrato. -----

Vem agora a co-contratante requerer a autorização da Cessão da Posição Contratual nos termos da cláusula 13ª do Contrato e ao abrigo do artº 319º, do CCP. -----

A cláusula 13ª do Contrato estipula que: A cessão da posição contratual e a subcontratação são admitidas, nos termos do disposto na Clausula 48ª, do Caderno de Encargos do Concurso. -----

Uma vez que a co-contratante não identificou no Contrato quaisquer entidades passíveis de ceder a sua posição contratual (artº 318º, do CCP), deve ser aplicável o disposto no artº 319º do referido Código - **Autorização à cessão e à subcontratação pelo co-contratante na fase de execução.** -----

Segundo o nº 2, do citado artigo, para efeitos da autorização do contraente público, o co-contratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da cessão e da subcontratação no próprio contrato, respetivamente, nos termos do disposto no n.º 2, na alínea a) e na primeira parte da alínea b), do n.º 3 e no n.º 4 do artigo 318º. -----

A proposta de Cessão da Posição Contratual da co-contratante deve ser devidamente fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que são exigíveis para a autorização da cessão, tal como exige o nº 2, do artº 319º, do CCP. -----

No sentido de dar cumprimento ao estipulado pelo nº 6, do artº 319º, do CCP, a co-contratante apresentou já os seguintes documentos, juntamente com o ofício: -----

Devido pela Co-Contratante (José Coutinho): -----

- O pedido de autorização de cessão da posição contratual, que vem instruída com os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da cessão a favor da cessionária, nomeadamente: -----



Câmara Municipal da Ourinhã

Divisão da Administração Geral

Apoio aos Órgãos Autárquicos

2

[Handwritten signature]

Documentos entregues pela Cessionária – todos os solicitados no artº 20º, do Programa de Concurso: -----

- Declaração emitida conforme modelo constante no anexo I do CCP; -----
- Declaração obrigatória (valor Total Global da proposta); -----
- Lista de Trabalhos já realizados; -----
- Lista de Trabalhos por realizar; -----
- Declaração emitida conforme modelo constante no anexo II do CCP; -----

Documentos comprovativos de que não se encontra na situação das alíneas b), d), e) e i), do artigo 55º do CCP: -----

- Alvará de Construção, o qual deve conter as seguintes categorias e sub-categorias: -----

- a1) **Habilitação como Empreiteiro Geral** ou Construtor Geral de Edifícios de Construção Tradicional em classe correspondente ao valor Global da Proposta. -----

- Ou -----

- a2) **1ª subcategoria da 1ª categoria** na classe que cubra o valor global da proposta. -----

- b) **4ª, 5ª, 6ª e 8ª Subcategoria da 1ª Categoria e 1ª, 7ª, 8ª 10ª 12ª Subcategoria da 4ª Categoria** nas classes correspondentes à parte dos trabalhos a que respeitem

- Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva da Empresa adjudicatária OU Cartão de Empresa; -----

- Bilhete de Identidade e Cartão de Identificação de Pessoa Singular (NIF) do representante da Sociedade OU Cartão de Cidadão; -----

- Ata ou Procuração com poderes para o ato (caso aplicável). -----

Julga-se pertinente que, ao abrigo do nº 2, do artº 318º, do CCP, os serviços competentes, nomeadamente a DAG/Concursos e a DSO, procedam: -----

a) à verificação dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira exigidos ao co-contratante na fase de apresentação de propostas, designadamente do Alvará; -----

b) à análise dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que tenham sido exigidos ao co-contratante na fase pré-contratual; -----

c) à elaboração de Parecer, fundamentando. -----



Câmara Municipal da Ourinhã

Divisão da Administração Geral

Apoio aos Órgãos Autárquicos

Após intervenção dos serviços e com base no respetivo Parecer, deverá o contraente público pronunciar-se sobre a proposta do co-contratante no prazo de 30 dias a contar da respetiva apresentação (desde que regularmente instruída) - nº 3, do artº 319º, o CCP. -----

*Atendendo ao valor do contrato, será a **Câmara Municipal** o órgão competente para se pronunciar sobre a presente questão, e bem assim sobre a procedência dos argumentos apresentados, no sentido de autorizar ou não a Cessão da Posição Contratual solicitada pela adjudicatária. -----*

Face ao exposto, propõe-se que o pedido de Cessão da Posição Contratual seja remetido à próxima reunião da Câmara Municipal, para ser objeto de deliberação, nos termos do nº 1, do Artº 319º, do CCP. -----

Caso se considerem procedentes, os argumentos apresentados pela co-contratante e tendo em consideração o prazo de execução da obra, sugere-se sejam solicitados ainda, os seguintes elementos: -----

- a) Plano de Trabalhos; e -----*
- b) Cronograma Financeiro; -----*

A adjudicatária (co-contratante) entregou na presente data o Contrato de Cessão da Posição Contratual, assinado pelos representantes da cedente e da cessionária, condicionando a sua execução à decisão do órgão executivo (contraente público). -----

Caso a decisão seja favorável, este passará a fazer parte do contrato inicial celebrado entre o Município de Ourinhã e a referida empresa, devendo-se efetuar o correspondente averbamento ao Contrato Administrativo, notificar-se os serviços municipais interessados e publicitar-se no site www.base.gov.pt e na Plataforma Eletrónica. -----

Será necessário que o cessionário seja notificado para apresentar caução equivalente a 5% do valor do contrato, a fim de garantir a boa execução dos trabalhos, aconselhando-se a que a Câmara Municipal não liberte a caução apresentada pela co-contratante supra identificada até à substituição da mesma pelo cessionário. -----

EIS QUANTO ME CUMPRE INFORMAR. DEIXO À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR. ---

ANEXO: Cópia dos Documentos citados-----

Lourinhã, 30 de outubro de 2012-----

A Assistente Técnica, -----



3

Câmara Municipal da Lourinhã

Divisão da Administração Geral

Apoio aos Órgãos Autárquicos

(Paula Moura) "-----"

Após apreciação da informação supra transcrita, a Câmara deliberou: -----

1.º - Autorizar a Cessão da Posição Contratual solicitada pela Sociedade de Construções José Coutinho, S.A., nos termos do n.º 1 do Artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos, e nos termos e com os fundamentos constantes na citada Informação à empresa Henrique Querido – Sociedade de Construções, S.A., condicionando o início da sua execução às seguintes condições: -----

a) Emissão de Parecer favorável da DAG/Concursos após apreciação dos documentos entregues pela co-contratante; -----

b) Emissão de Parecer favorável da DSO após entrega do Plano de Trabalhos e do Cronograma Financeiro; -----

2.º - Aceitar os termos expostos no Contrato de Cessão de Posição Contratual, celebrado entre as referidas empresas, o qual deverá passar a fazer parte do contrato inicial devendo o CNE encetar as diligências necessárias ao respetivo averbamento e publicitações; e -----

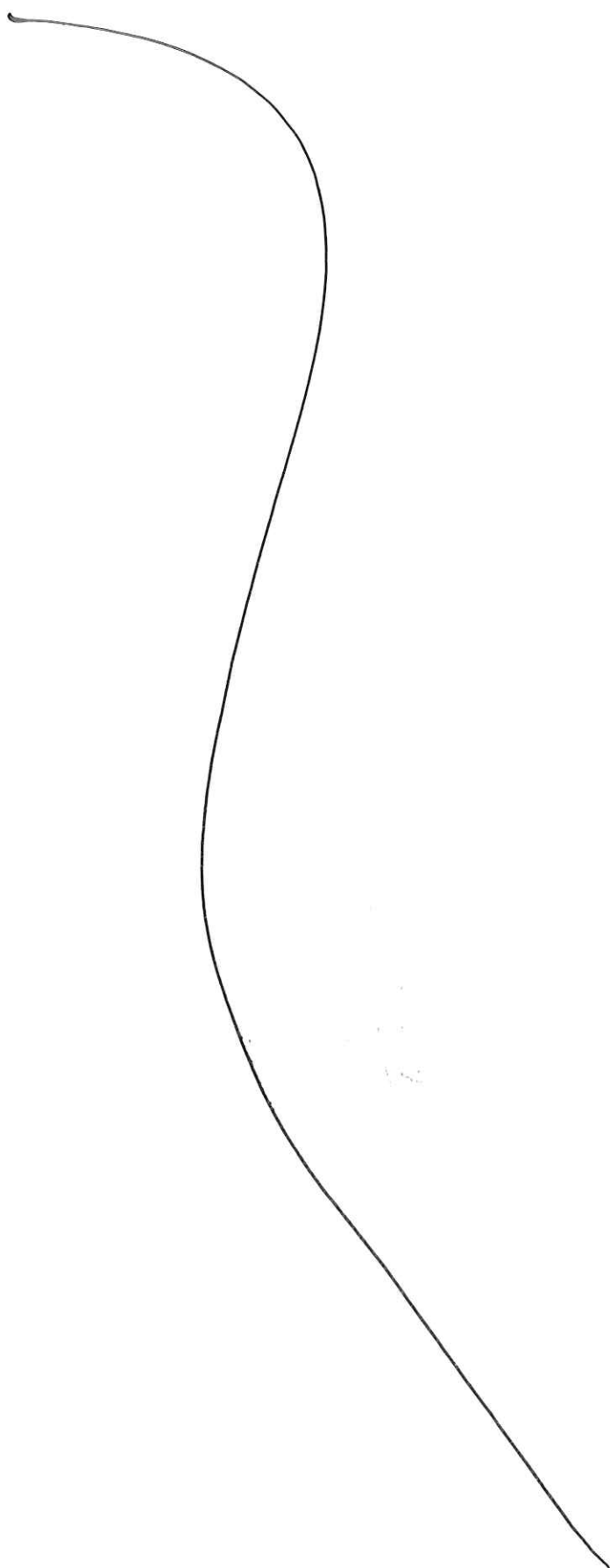
3.º - Solicitar aquando da entrega Plano de Trabalhos e do Cronograma Financeiro, que o cessionário apresente caução equivalente a 5% do valor do contrato, para garantir a boa execução dos trabalhos, sendo que a Câmara Municipal não libertará a caução apresentada pela co-contratante supra identificada, até à substituição da mesma pelo cessionário. -----

-----**ESTÁ CONFORME O ORIGINAL**-----

----- Lourinhã, 11 de dezembro de 2012. -----

O Chefe da Divisão da Administração Geral

(Constantino Rodrigues Carvalho)





Câmara Municipal da Lourinhã

Divisão da Administração Geral

Apoio aos Órgãos Autárquicos

1
2

CERTIDÃO

----- CONSTANTINO RODRIGUES DE CARVALHO, Chefe da Divisão da Administração Geral da Câmara Municipal da Lourinhã: -----

CERTIFICA

-----Que da Acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal nº 24/2012, de 27 de novembro de 2012, consta a seguinte deliberação: -----

EXTRA-AGENDA

EMPREITADA:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2011 – EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS /
CONSTRUÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DA GNR - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES JOSÉ
COUTINHO, S.A. - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL - HENRIQUE QUERIDO – SOCIEDADE
DE CONSTRUÇÕES, S.A.: - Presentes as seguintes informações, que em baixo se transcrevem: -----

- N.º 36/2012, DE 26/11 DO CNE: -----

“EM RELAÇÃO AO ASSUNTO INDICADO EM EPÍGRAFE, CUMPRE-ME INFORMAR O SEGUINTE:

1º - Na reunião de Câmara realizada em 30/10/2012, a Câmara deliberou autorizar a Cessão da Posição Contratual solicitada pela Sociedade de Construções José Coutinho, S.A., nos termos do n.º 1 do Artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos, à empresa Henrique Querido – Sociedade de Construções, S.A., condicionando o início da sua execução ao seguinte: -----

a) Emissão de Parecer favorável da DAG/Concursos após apreciação dos documentos entregues pela co-contratante; -----

b) Emissão de Parecer favorável da DSO após entrega do Plano de Trabalhos e do Cronograma Financeiro. -----

2º – Para que a DAG/CNE possa encetar as diligências subsequentes, designadamente, efetuar o correspondente averbamento ao Contrato Administrativo, notificar-se os serviços municipais interessados e publicitar-se no site www.base.gov.pt e na Plataforma Eletrónica, submetem-se à apreciação e decisão final os seguintes documentos, assim como todas as questões deles emergentes: -----

1. Os Pareceres emitidos pelos respetivos serviços, nomeadamente: -----



Câmara Municipal da Lourinhã

Divisão da Administração Geral

Apoio aos Órgãos Autárquicos

a) Pela Informação nº 23/2012, de 05/11/2012, pela DSO/COM/GT/Eng^a Andreia Santos; e-----

b) Pela Informação nº 1/2012, de 12/11/2012, pela DAG/Concursos e Eng^o Sérgio Rodrigues. -----

2. Os documentos que a cessionária remeteu através de e-mail à DAG/Concursos: -----

a) Pedido de Prorrogação do Prazo (não foi registado no SGD); -----

b) Memória Descritiva do Plano de Trabalhos; -----

c) Plano de Trabalhos; -----

d) Cronograma Financeiro; -----

e) Plano de Pagamentos; -----

f) Plano de Mão de Obra; e-----

g) Plano de Equipamento. -----

3º – Todavia, apesar de ter sido solicitado por diversas vezes, a cessionária não apresentou até à presente data a caução equivalente a 5% do valor do contrato, para garantir a boa execução dos trabalhos. -----

4º - Não é aconselhável que a Câmara Municipal liberte a caução apresentada pela cedente na fase de elaboração do Contrato, até à substituição da mesma pela cessionária, a qual, asseverou, prestaria a referida caução antes de dar início à execução dos trabalhos que faltam por realizar. -----

5ª – Recomenda-se finalmente a aplicação das normas existentes sobre a LCPA (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso). -----

EIS QUANTO ME CUMPRE INFORMAR. DEIXO À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR. ---

ANEXO: Todos os documentos citados. -----

Lourinhã, 26 de novembro de 2012-----

A Assistente Técnica, -----

(Paula Moura)"-----

- Nº 23/2012, DE 05/11/2012, DA DSO/COM/GT/ENG^a ANDREIA SANTOS; -----

"Como é do conhecimento de V. Exa., esta obra foi adjudicada em 28 de Dezembro de 2010 à empresa Sociedade de Construções José Coutinho, S.A. pelo valor de € 1.223.939,52, a assinatura do contrato data de 23 de Março de 2011, foi consignada a 18 de Julho de 2011, pelo prazo de 365 dias a contar da data da sua consignação. ----



Câmara Municipal da Ourinhã

Divisão da Administração Geral

Apoio aos Órgãos Autárquicos

2
/

Depois do prazo previsto estar terminado, sem que as prestações do contrato estejam totalmente terminadas, deu-se o abandono da obra por parte do empreiteiro adjudicatário, conforme informação nº 018/2012 do Gabinete Técnico. -----

Por contrato datado de 26/10/2012, o empreiteiro adjudicatário cede o contrato a empresa Henrique Querido – Sociedade de Construções, S.A., com a autorização expressa da Câmara Municipal, aprovada em reunião de Câmara de 30/10/2012. -----

De referir que o subempreiteiro de infraestruturas elétricas e a Luftec – técnicas elétricas, Lda., com a atividade de instalações elétricas, entregou uma garantia bancária em nome da Câmara Municipal da Ourinhã tendo já iniciado alguns trabalhos. -----

O contrato de água encontra-se em nome do adjudicatário, tendo este uma dívida no valor de 221,00€ acrescido de juros e custos de processo, encontrando-se o contador interrompido, coloca-se a consideração superior a isenção destes valores. -----

Os valores de trabalhos realizados e por realizar apresentados pela empresa cessionária estão corretos. -----

Os trabalhos realizados correspondem a 26,55% dos trabalhos contratualizados sendo que a realização dos trabalhos em falta implica uma adução de um novo prazo correspondente a 268 dias. -----

Para uma cabal fiscalização da obra que corresponde uma fiscalização do modo de execução do contrato deve ser operada uma modificação objetiva do contrato original que reflita o alargamento do prazo que permita a conclusão dos trabalhos. -----

Assim sendo, coloca-se a consideração superior a definição de um novo prazo para conclusão da obra de forma a que a fiscalização possa dar cumprimento ao disposto do artigo 305 do CCP. -----

Caso o novo prazo seja aceite e para que se possa dar início aos trabalhos com a cessionária é necessário que seja entregue o novo plano de trabalhos e o novo cronograma financeiro. -----

No nosso entender a alínea a) da informação nº 35/2012 da DAG/CNE/PM "à verificação dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira exigidos ao co-contratante na fase de apresentação de propostas,



Câmara Municipal da Lourinhã

Divisão da Administração Geral

Apoio aos Órgãos Autárquicos

designadamente do Alvará” deve ser analisada pela DAG (Concursos) e Eng.º Sergio uma vez que estes analisaram o procedimento de concurso. -----

Anexo – Cópia dos seguintes Documentos: -----

- a) Resumo de empreitada; -----*
- b) Situação dos trabalhos -----*
- c) Informação nº 35/2012, de 02/11/2012, da DAG/CNE/PM; -----*
- d) Informação nº 33/2012, de 20/10/2012, da DAG/CNE/PM; -----*
- e) Contrato de Cessão da Posição Contratual; -----*
- f) Requerimento / Proposta de autorização da Cessão da Posição Contratual; -----*
- g) Alvará de Construção da co-contratante e da cessionária; -----*
- h) Documentos de identificação / qualidade / representação da co-contratante e da cessionária. -----*

É o que nós cumpre informar, -----

À consideração superior, -----

A Coordenadora das Obras Municipais -----

(Andreia Santos, Eng.ª Civil)” -----

- Nº 1/2012, DE 12/11/2012, DA DAG/CONCURSOS E ENGº SÉRGIO RODRIGUES -----

“Por deliberação da Câmara em reunião ordinária realizada em 30.10.2012. -----

Por despachos do Ex.º Sr. Presidente de Câmara datados de 02 e 05 de novembro de 2012, exarados nas informações em assunto, este serviço em conjunto com o Eng.º Sergio Rodrigues, para que a DAG/CNE possa encetar as restantes diligências procedeu à apreciação dos documentos relativos ao potencial cessionário. -----

CUMPRE-NOS INFORMAR O SEGUINTE -----

Analise Formal aos Documentos de Habilitação nos termos do artº 81º, nos termos da a) do nº 2 do artº 318, por força do nº 2 do artº 319, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação. -----

1º

O contrato de Empreitada e Obras Públicas nº 003/2011 – Construção do Posto Territorial da GNR autoriza em sua cláusula 13ª a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos do disposto na cláusula 48ª do Caderno de Encargos do Concurso. -----

2º



Câmara Municipal da Ourinhã

Divisão da Administração Geral

Apoio aos Órgãos Autárquicos

A autorização da cessão da posição contratual depende: -----

Da prévia apresentação dos documentos de habilitação pela cessionária (Henrique Querido, Soc. De Construções, S.A.) que foram exigidas à cedente (Sociedade de Construções José Coutinho, S.A.) na fase de formação do contrato em causa. -----

3º

No artigo 20º - "Apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário", do Programa do Procedimento da empreitada em causa, os documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário, agora pelo cessionário, são os seguintes: -----

a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos; -----

N/ análise: -----

1. Apresentou cópia de Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao CCP. E, ainda -----

2. Cópia de Declaração emitida conforme modelo constante do anexo I ao CCP, onde declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do caderno de encargos do concurso, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas. -----

b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos; -----

N/ análise: -----

1. Todos os documentos acima descritos foram entregues encontrando-se validados pelas entidades competentes, atestando a não existência de causas de impedimento previstas no artigo 55.º e para os devidos efeitos do artº 317º, nº 1, b), ambos do CCP, a cessionária encontra-se em conformidade, não lhe estando vedada a cessão da posição contratual; -----

c) Alvará de construção a apresentar pelo adjudicatário, emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., o qual deve conter as seguintes categorias e sub-categorias: -----

a1) **Habilitação como Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Edifícios de Construção Tradicional em classe correspondente ao valor Global da Proposta. -----**

Ou-----



Câmara Municipal da Lourinhã

Divisão da Administração Geral

Apoio aos Órgãos Autárquicos

a2) 1ª subcategoria da 1ª categoria na classe que cubra o valor global da proposta.

b) 4ª, 5ª, 6ª e 8ª Subcategoria da 1ª Categoria e 1ª, 7ª, 8ª, 10ª, 12ª Subcategoria da 4ª Categoria nas classes correspondentes à parte dos trabalhos a que respeitem.-----

N/ análise: -----

1. Apresenta Alvará de construção nº 4910, válido até 31.01.2013, emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., o qual contém as seguintes categorias e subcategorias: -----

i) Habilitação como Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Edifícios de Construção Tradicional com classe máxima de 6 (Valor das obras até 5 312.000.00€, valor da classe das habilitações para 2011 dos alvarás de construção, ao abrigo da Portaria n.º 57/2011, de 28 de Janeiro), o que abarca o valor Global da Proposta de preço apresentado; -----

Contendo ainda, -----

ii) 4ª, 5ª, 6ª e 8ª Subcategoria da 1ª Categoria. -----

2. Não contém a 4ª categoria. Porém, -----

A classificação em empreiteiro geral ou construtor geral habilita o seu titular a subcontratar a execução de trabalhos enquadráveis nas subcategorias necessárias à concretização da obra, sendo responsável pela sua coordenação global, de acordo com o artº 12º, nº 1 do DL nº 12/2004, de 9 de janeiro, na sua atual redação. Para efeitos da verificação das habilitações referidas no número anterior, a cessionária pode apresentar alvarás ou títulos de registo da titularidade de subcontratados, desde que acompanhados de declaração através da qual, estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes. -----

Apresenta para os efeitos, uma declaração, em que declara que irá apresentar a empresa responsável pelos trabalhos referentes a 1ª, 7ª, 8ª 10ª 12ª Subcategoria da 4ª Categoria, aquando a aceitação pelo dono da obra da projetada Cessão da Posição Contratual. -----

Deve ainda o adjudicatário apresentar a equipa técnica responsável pela orientação da obra, garantindo o cumprimento do estipulado na Cláusula 40.º das Cláusulas Gerais do Caderno de Encargos. Para o efeito deverá o adjudicatário apresentar os



Câmara Municipal da Ourinhã

Divisão da Administração Geral

Apoio aos Órgãos Autárquicos

respectivos Currículos e declarações comprovativas das respetivas habilitações profissionais. -----

N/ análise: -----

1. Apresenta a seguinte equipa técnica responsável pela orientação da obra:-----

i) Diretor de Obra: Susana Raquel Andrade da Cruz Neto, Engenheira Civil inscrita sob o nº 59109 na Ordem dos Engenheiros, possui 5 anos de experiência, pelo que cumpre os requisitos exigidos nos termos do nº 2 da cláusula 40ª do Caderno de Encargos. Enviou, via e-mail nova Declaração da Ordem dos Engenheiros para direção de Obras com prazo válido, para substituição da anterior (Doc. que se anexa).-

ii) Gestor da Segurança e Saúde no Trabalho (GSST): Carmen Catarina de Almeida Lopes, Técnica Superior de Segurança Higiene no Trabalho nível 5 com o CAP nº 03811002RC5 válido até 2015. Contém experiência nas funções há mais de 2 anos, no entanto não possui formação em engenharia. -----

Não referem a afetação temporal à obra deste técnico. -----

Em nosso entender, s.m.o., caso a afetação do técnico seja a 100%, não nos parece relevante a formação em engenharia dado que possui habilitações técnicas de nível 5 em SST. Deixamos à consideração superior, aceitar a designação desta Técnica. -----

iii) Gestão Ambiental: Não indicam no documento da equipa técnica o responsável pela Gestão Ambiental. -----

Deixamos à consideração superior, aceitar a posteriori, ou seja, antes do início dos trabalhos, a confirmação pelo cessionário, por escrito, o nome do responsável pela Gestão Ambiental, indicando a sua qualificação técnica, devendo esta informação ser acompanhada pelo respetivo Currículo e declarações comprovativas das respetivas habilitações profissionais. -----

iv) Gestão da qualidade: Susana Raquel Andrade da Cruz Neto, Engenheira Civil inscrita sob o nº 59109 na Ordem dos Engenheiros. -----

Cumpra a formação base em engenharia civil exigida nos termos do nº 10 da cláusula 40ª do Caderno de Encargos, no entanto não menciona a experiência em gestão da qualidade em obras similares. -----

4.º

1. Todos os documentos apresentados encontram-se devidamente assinados pelo procurador Sr. Ricardo José Alves Querido ao qual foi concedido poderes necessários



Câmara Municipal da Lourinhã

Divisão da Administração Geral

Apoio aos Órgãos Autárquicos

para obrigar a pessoa coletiva que seja sociedade comercial em causa, designadamente para, em cumprimento do disposto no nº 4, do art. 57º do CCP, assinar a declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborado em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Código, mencionada no 3º ponto, a) da presente informação. -----

2. A sociedade Henrique Querido, Soc. De Construções, S.A. conferiu tais poderes através de procuração àquele, datada de 02/07/2009, assinada pela outorgante Maria Filomena Ribeiro Alves Querido, na qualidade de vogal do Conselho de Administração, com poderes para o ato e em representação da sociedade anonima Henrique Querido, Soc. De Construções, S.A., NIPC 501 714 723. -----

3. Poderes reiterados ao procurador Sr. Ricardo José Alves Querido, e mais específicos ao caso concreto, através de procuração da Sociedade Henrique Querido, Soc. De Construções, S.A, datada de 08/11/2012, assinada pelo outorgante Henrique Bernardo Querido, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes para o ato e em representação da dita sociedade anonima (Doc. que se anexa). -----

Fatos que verifiquei pela consulta à respectiva certidão permanente com o código de acesso 0457-3135-0703, subscrita em 03 de julho de 2008 e válida até 20 de janeiro de 2014. -----

Em súmula, -----

Após apreciação liminar dos mesmos, refletida no acima referido e em cumprimento da cláusula 40º do caderno de encargos, salvaguardado que esteja, os pontos acima referidos e deixados à consideração superior, julga-se, s.m.o., que a cessionária cumpre com os requisitos enunciados pelo Dec-Lei nº 18/2008, de 29/01, que aprova o Código dos contratos Públicos em sua atual redação, nomeadamente nos seus artºs 81º e alínea a) do nº 2 do 318º, por força do nº 2 do 319º, todos do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, não havendo nada que obste à empresa Henrique Querido, Sociedade de Construções, S.A. a cessão da posição contratual.-----

EIS QUANTO NOS CUMPRE INFORMAR. -----

DEIXAMOS À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR. -----

ANEXO - Processo de Cessão da Posição Contratual, inclui Cópia dos seguintes documentos: -----



5

Câmara Municipal da Lourinhã

Divisão da Administração Geral

Apoio aos Órgãos Autárquicos

1. *Contrato de Cessão da Posição Contratual;* -----
 2. *Requerimento/Proposta de autorização da Cessão da Posição Contratual;* -----
 3. *Alvarás de Construção da co-contratante e da cessionária;* -----
 4. *Documentos de Identificação/qualidade/representação da co-contratante e da cessionária;* -----
 5. *Documentos de Habilitação da cessionária, que incluem as Listas de Trabalhos realizados e por realizar e a Declaração de Subcontratação.* -----
- A Assistente Técnica-----
- Maria de Lurdes Anjos Pereira Henriques -----
- O Técnico-----
- Sérgio Miguel Cruz Rodrigues" -----

----- Nos termos das citadas informações, e com base nos fundamentos delas constantes, a Câmara deliberou: a) Aceitar o pedido de prorrogação do prazo de execução da empreitada efetuado pela cessionária, alargando-o por mais 268 dias e aprovar todos os documentos anexos, designadamente, a Memória Descritiva do Plano de Trabalhos, o Plano de Trabalhos, o Cronograma Financeiro, o Plano de Pagamentos, o Plano de Mão de Obra e o Plano de Equipamento, devendo a COM e a cessionária agendarem a data para início da execução dos trabalhos; b) Notificar a cessionária para que apresente todos os documentos em falta antes de dar início à execução dos trabalhos que faltam por realizar, bem como a caução equivalente a 5% do valor do contrato, para garantir a boa execução de todos os trabalhos, não sendo libertada a caução apresentada pela empresa Sociedade de Construções José Coutinho, S.A até à substituição da mesma pela cessionária. -----

----- Mais deliberou, face ao exposto na Informação nº 23/2012, de 05/11/2012, da DSO/COM/GT/Engª Andreia Santos, que a Coordenação de Águas e Saneamento preste informação no âmbito do Processo de Execução Fiscal instaurado para cobrança da dívida relacionada com o contador de água da empreitada. -----

-----**ESTÁ CONFORME O ORIGINAL**-----

----- Lourinhã, 11 de dezembro de 2012. -----

O Chefe da Divisão da Administração Geral

(Constantino Rodrigues Carvalho)

